

SÃO PAULO TURISMO S/A
CNPJ: 62.002.886/0001-60
NIRE: 353.00015967

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Tendo em vista que será convocada Assembléia Geral Ordinária para as **11h30** min do dia **30/04/2015**, a São Paulo Turismo S/A, por meio do seu Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores presta as seguintes informações gerais:

I – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

a) relatório da administração; (b) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (c) parecer dos auditores independentes, foram publicados no Jornal "Diário de São Paulo", edição de 31/03/2015 e também disponibilizados por meio do sistema IPE da CVM/Bovespa.

Os assuntos a serem objetos de deliberação na Assembléia Geral Ordinária são aqueles elencados no art. 132 da Lei 6.404/76, ou seja: I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2014. II - Eleger os membros do Conselho de Administração e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, cujos candidatos serão indicados pela PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo, acionista controlador da companhia, detentora de 97,6% do capital votante.

II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2014

Não há proposta quanto à distribuição de dividendos face aos prejuízos acumulados.

III - ESCLARECIMENTOS

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembléia, munido de documento que comprove sua identidade.

Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros que desejarem participar da Assembléia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante.

Para facilitar os trabalhos na Assembléia, a empresa solicita que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembléia a que se refere o presente informe, tenham a firma reconhecida e sejam depositados na sede da empresa, na Gerência de Contabilidade e Finanças ou na Secretaria dos Órgãos Colegiados, até o dia 24/04/2015.

Em atenção ao disposto no art. 4 da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, e tendo em vista, ainda, o disposto na Instrução CVM n.º 165, de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM n.º 282, de 26 de junho de 1998, a empresa informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%.

São Paulo, 27 de março de 2015.

DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores

ANEXO I

Inciso III do caput do art. 9º da Instrução CVM n.º 481/2009

Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência

10. – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras apresentadas neste item refletem os dados relativos às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e auditadas e revisadas pela UHY – Moreira Auditores em 2014 e 2013 e Sacho Auditores Independentes em 2012.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir apresentamos os índices que comprovam a situação Financeira da Empresa.

Índices de Liquidez			
	2014	2013	2012
Corrente	0,78	0,57	0,37
Seca	0,78	0,57	0,36
Geral	0,31	0,25	0,17

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. Pelo índice de liquidez geral percebemos que a empresa praticamente manteve a liquidez constante nos três períodos. A liquidez corrente aumentou consideravelmente entre 2012 e 2014 em razão do aumento das aplicações financeiras da empresa, em razão de recursos da Prefeitura para realização de eventos ao final dos anos de 2014 e 2013, que serão resgatados para pagamentos de fornecedores nos primeiros meses do anos seguintes; Também incluem recursos antecipados por cessionários de áreas do complexo para locações que irão se realizar até 2020.

Índices de Endividamento			
	2014	2013	2012
Geral	0,72	0,72	0,73

O índice de endividamento revela o montante de recursos de terceiros que estão sendo usados. Os índices indicam que em 2014, para cada R\$1,00 do ativo total da empresa, R\$0,72 estão presos a dívidas, principalmente fiscais (dívida para com à Prefeitura de São Paulo, que assumiu nossa dívida com o INSS, e também a dívida municipais de ISS e IPTU incluídas no Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A proporção de ativos financiados pelos recursos provenientes de terceiros nos respectivos anos foram de:

Índices de Endividamento em %			
	2014	2013	2012
Geral	72%	72%	73%

i. hipóteses de resgate:

O estatuto da empresa versa sobre o resgate de ações de sua emissão apenas no caso de liquidação da sociedade, sendo que para as demais situações aplica-se a legislação pertinente.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

No momento não há disposições quanto a valores de resgate de ações de emissão da empresa.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as obrigações contratuais da Companhia previstas nos seus financiamentos (parcelamentos de tributos) estão sendo cumpridas pela Companhia.

	2014	2013	2012
Ativos			

	Caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata	37.730	29.234	10.812
	Clientes (Circulante)	21.008	13.252	14.438
		58.738	42.486	25.250
Passivo				
	Obrigações trabalhistas e tributárias no circulante	13.460	13.917	17.407
	Fornecedores	14.728	19.092	19.795
		28.188	33.009	37.202

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, utilizadas.

A empresa não contraiu financiamentos para capital de giro ou para investimentos para o período de 2012 a 2014.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Não aplicável.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A empresa não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos. Possui unicamente dívidas relativas a parcelamentos de tributos com à Prefeitura do Município de São Paulo, que é acionista majoritária da empresa.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A empresa não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos. Possui unicamente dívidas relativas a parcelamentos de tributos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A empresa possui dívidas parceladas referentes a tributos municipais. O parcelamento PMSP é descrito abaixo e em nenhum deles são exigidas garantias. No quadro abaixo indicamos as dívidas relativas ao parcelamento de tributos.

Dívidas	2014	2013	2012	Grau de subordinação
Parcelamento PMSP	45.410	43.896	43.445	Garantia não exigida
Parcelamento IPTU/ISS Lei Municipal 14.129/06	64.412	56.125	54.453	Garantia não exigida
Parcelamento Federal (Lei 11.941/09)	-	-	676	Garantia não exigida
Receita Diferida ISS/IPTU	26.179	27.513	28.969	Garantia não exigida
	136.001	127.534	127.543	

O grau de subordinação é o mesmo, tendo em vista que não foram exigidas garantias para as dívidas do quadro acima.

Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003 o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária da São Paulo Turismo S/A, sendo o total da dívida da PMSP e suas empresas, incluindo a São Paulo Turismo S/A, pagos através da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação está ajustado em 240 meses, com a São Paulo Turismo S/A participando através de um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

Parcelamento ISS/IPTU

Em 23/06/2006 a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações desde 1991 para o IPTU, e desde 1997 para o ISS foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC.

Parcelamento Lei 11.941/09

As obrigações para com a Receita Federal relativas à COFINS em atraso foram incluídas no Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei Federal 10.684/03, em 30/07/2003, com pagamento em 180 parcelas. Em 19/11/2009 o saldo remanescente deste parcelamento foi objeto de adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. Em 2013 o parcelamento foi totalmente quitado.

Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos aos tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados, como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A empresa não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos. Possui unicamente dívidas relativas a parcelamentos relacionadas a tributos e no âmbito municipal.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	2.014	AV	2.013	AV	2.012	AV
Ativo	311.775	100%	300.050	100%	288.299	100%
Circulante	65.035	21%	46.488	15%	29.312	10%
Caixa e equivalentes caixa	37.730	12%	29.234	10%	10.812	4%
Clientes	21.008	7%	13.252	4%	13.738	5%
Almoxarifado	516	0%	203	0%	567	0%
Outros valores a receber	5.060	2%	3.105	1%	4.108	1%
Despesas antecipadas	721	0%	694	0%	87	0%
Não Circulante	246.740	79%	253.562	85%	258.987	90%
Depósitos judiciais	4.655	1%	6.569	2%	7.268	3%
Imobilizado	222.810	78%	246.858	82%	251.523	87%
Intangível	102	0%	135	0%	196	0%

	2.014	AV	2.013	AV	2.012	AV
Passivo	311.775	100%	300.050	100%	288.299	100%
Circulante	83.221	27%	81.536	27%	79.543	28%
Acordo PMSP/INSS	-	0%	1.500	0%	1.500	1%
Fornecedores	14.728	5%	19.092	6%	19.795	7%
Obrigações trabalhistas	7.985	3%	6.887	2%	8.935	3%
Obrigações tributárias	5.475	2%	5.530	2%	6.972	2%
Adiantamentos de clientes	45.711	15%	42.476	14%	29.511	10%
Outras exigibilidades	9.322	3%	6.051	2%	12.830	4%
Não Circulante	140.095	45%	135.200	45%	132.859	46%
Acordo PMSP/INSS	45.410	15%	42.396	14%	41.945	15%
Obrigações tributárias	64.412	21%	61.644	21%	59.876	21%
Provisões para contingências	4.094	1%	3.647	1%	2.069	1%
Receita Diferida – ISS/IPTU	26.179	8%	27.513	9%	28.969	10%
Patrimônio Líquido	88.459	28%	83.314	28%	75.897	26%
Capital social	149.199	48%	131.790	44%	131.790	46%
Adto. p/ futuro aum. Capital	1	0%	17.409	6%	10.404	4%
Reserva de reavaliação	122.241	39%	123.220	41%	124.199	43%
Prejuízos acumulados	(182.982)	-59%	(189.105)	-63%	(190.496)	-66%

A seguir estão descritas as principais variações nas contas patrimoniais:

Ativo Circulante

2014 em relação a 2013

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$ 18,5 milhões, ou 40%, passando de R\$ 46,4 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 65,0 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação é composta principalmente por:

R\$ 11,9 milhões de aumento nas aplicações financeiras, ou 55%, decorrentes de recursos recebidos antecipadamente de clientes referentes à prestação de serviços junto à Prefeitura de São Paulo, para pagamentos de fornecedores de eventos do final de 2014 e Carnaval de 2015.

2013 em relação a 2012

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$ 17,1 milhões, ou 58%, passando de R\$ 29,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 46,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação é composta principalmente por:

R\$ 21,2 milhões de aumento nas aplicações financeiras, ou 3.567%, decorrentes de recursos recebidos de clientes referentes à prestação de serviços junto à Prefeitura de São Paulo, cujos recursos foram recebidos antecipadamente para pagamentos de fornecedores de eventos do final de 2013 e também adiantamentos de clientes por cessão de áreas para utilização para eventos até 2020.

2012 em relação a 2011

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$ 9,3 milhões, ou 24%, passando de R\$ 39,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 29,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação é composta principalmente por:

R\$ 4,4 milhões de diminuição nas “aplicações financeiras”, ou 88%, utilizadas para pagamentos a fornecedores referentes à prestação de serviços junto à Prefeitura de São Paulo, cujos recursos foram recebidos antecipadamente.

Ativo não Circulante

2014 em relação a 2013

O ativo não circulante apresentou uma redução de R\$ 6,8 em decorrência da depreciação do ativo imobilizado.

2013 em relação a 2012

O ativo não circulante apresentou uma redução de R\$ 5,4 em decorrência de uma menor adição de bens ao ativo imobilizado.

2012 em relação a 2011

O ativo não circulante apresentou um aumento de R\$ 18,2 milhões em decorrência dos investimentos em “Construções em Andamento” para requalificação do Complexo do Parque Anhembi.

Passivo Circulante

2014 em relação a 2013

O passivo circulante praticamente se manteve.

2013 em relação a 2012

O passivo circulante praticamente se manteve.

R\$ 0,7 milhões ou 4% decorrente de redução na conta de “Fornecedores”;

R\$ 12,9 milhões ou 44% decorrente de aumento na conta “Adiantamento de Clientes” em decorrência da antecipação de sinal/reservas referente a cessão de áreas até 2020;

R\$ 6,8 milhões ou 112% decorrente da redução na conta “Outras Exigibilidades” referente aos adiantamentos recebidos dos contratos firmados junto à Prefeitura de São Paulo;

2012 em relação a 2011

R\$ 2,7 milhões ou 12% decorrente de redução na conta de “Fornecedores”;

R\$ 4,7 milhões ou 14% decorrente de redução na conta “Adiantamento de Clientes”;

R\$ 5,5 milhões ou 75% decorrente de aumento na conta “Outras Exigibilidades” referente aos adiantamentos recebidos dos contratos firmados junto à Prefeitura de São Paulo;

Passivo não Circulante

2014 em relação a 2013

O passivo não circulante praticamente se manteve.

2013 em relação a 2012

O passivo não circulante praticamente se manteve.

R\$ 1,6 milhões, ou 57%, decorrente de aumento na conta “Provisão para Contingências Cíveis;

R\$ 1,5 milhões ou 9% decorrente de redução na conta “Receita Diferida” referente ao benefício de redução de multa e juros de mora da adesão ao parcelamento do ISS/IPTU instituído pela Lei Municipal 14.129/06;

2012 em relação a 2011

O passivo não circulante praticamente se manteve.

R\$ 0,9 milhões, ou 81%, decorrente de aumento na conta “Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis;

R\$ 3,9 milhões ou 12% decorrente de redução na conta “Receita Diferida” referente ao benefício de redução de multa e juros de mora da adesão ao parcelamento do ISS/IPTU instituído pela Lei Municipal 14.129/06;

Patrimônio Líquido

Em 2014, o Patrimônio Líquido da Companhia aumentou R\$ 5,1 milhões em relação ao ano anterior ou 6% devido ao lucro do exercício.

Em 2013, o Patrimônio Líquido da Companhia aumentou R\$ 7,4 milhões em relação ao ano anterior ou 10% devido, principalmente, em razão dos aportes recebidos da acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo, no montante de R\$ 7,0 milhões.

Em 2012, o Patrimônio Líquido da Companhia aumentou R\$ 11,5 milhões em relação ao ano anterior ou 18% devido, principalmente, em razão dos aportes recebidos da acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo, no montante de R\$ 10,4 milhões.

	2.014	AV	2.013	AV	2.012	AV
Receita Bruta	197.555	100%	181.746	100%	206.233	100%
Deduções da receita bruta	(1.969)	-1%	(629)	0%	(563)	0%
Receita Operacional Líquida	195.586	99%	181.117	100%	205.670	100%
Despesas Operacionais	(185.420)	-94%	(180.264)	-99%	(198.412)	-96%
Despesas administrativas	(182.078)	-92%	(184.311)	-101%	(201.565)	-98%
Outras receitas (desp.) operacionais líquidas	(3.342)	-2%	4.047	2%	3.153	2%
Resultado Operacional Antes Do Resultado Financeiro	10.166	5%	853	0%	7.258	4%
Despesas financeiras líquidas	(5.022)	-2%	602	0%	(4.858)	-2%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	5.144	3%	1.455	1%	2.400	1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(1.043)	-1%	(1.278)	-1%
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício	5.144	3%	412	0%	1.122	1%

A seguir estão descritas as principais variações nas contas de resultado da Companhia:

Receita Operacional Líquida

Em 2014 as receitas de locações aumentaram em 18% e a de eventos para a Prefeitura de São Paulo em 1%, em relação aos anos anteriores.

Em 2013 o nível de vendas praticamente se manteve, com uma redução de 12% em relação aos anos anteriores.

Em 2012 o nível de vendas praticamente se manteve, com um ligeiro aumento de 2% em relação aos anos anteriores.

Em 2012 houve uma redução de 85% referente a cancelamentos de contratos no Pavilhão, em relação aos anos anteriores.

Despesas Operacionais

Em 2014 houve um aumento de 53% referente às despesas com infraestrutura para eventos.

Em 2013 houve uma redução de 10% referente às despesas administrativas, compatível com a redução das receitas.

Em 2012 houve uma redução de 8% referente às despesas administrativas, sendo que em 2011, R\$ 8 milhões foram pagos para indenização de encerramento de contrato de locação.

Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro

Despesas Financeiras Líquidas

Em 2014 houve uma redução de receita financeira decorrente descumprimento de contratos de cessões de áreas e um aumento de despesas com parcelamentos com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Em 2013 houve um aumento de receita financeira decorrente descumprimento de contratos de cessões de áreas.

Em 2011 houve uma redução de 290% referente ao ano anterior, tendo em vista a consolidação do parcelamento da Lei 11.941/2009 no valor de R\$ 7,3 milhões.

10.2. – Resultado Operacional e Financeiro

a) Resultado das operações da companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes das receitas

	2014	2013	2012
Cessões de áreas para eventos	72.944	62.199	63.054
Estacionamento	13.331	10.607	13.223
Produção de eventos	122.826	121.282	140.980
Outras receitas	9.666	6.686	10.495
Total das Receitas	218.767	200.774	227.752
Impostos (PIS/COFINS/ISS)	(21.212)	(19.028)	(21.519)
Receita operacional líquida	197.555	181.746	206.233

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram efeitos relevantes nos resultados operacionais atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro-econômico brasileiro em relação a cada um dos três últimos exercícios.

A empresa deve atender à Lei 8.666/93 para celebração de contratos para suas operações, o que faz com que o desenvolvimento de infraestrutura, a aquisição de novas tecnologias, a obtenção de treinamentos para sua mão de obra etc., sejam fatores que a oneram em relação à concorrência. No entanto, sendo empresa da administração pública, deve sempre ser lembrado o art. 3º da citada lei: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. Portanto, este custo suportado pela empresa, por si só já compensa um custo social muito mais complexo de se aferir, caso os entes da administração não observassem tais preceitos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços.

Não ocorreram efeitos relevantes nas receitas atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro-econômico brasileiro, em relação a cada um dos três últimos exercícios.

c) Impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia.

Não ocorreram efeitos relevantes no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia, atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro-econômico em relação a cada um dos três últimos exercícios, sobre insumos e produtos.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfase presente no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Adiante destacamos os principais pronunciamentos aplicados às demonstrações contábeis e notas explicativas da Companhia:

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 (R1) – Intangível; CPC 12 – Ajuste a Valor Presente; CPC 16 (R1) – Estoques; CPC 24 – Evento Subseqüente; CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 30 (R1) – Receitas; CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor.

(INCLUIR EVENTUAL ENFASE NO PARECER REF. 2014)

O parecer do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo de 2013 contém parágrafo de ênfase destacando:

“Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, as novas regras estabelecidas pela referida MP nº 627/2013 serão obrigatórias a partir de 1º/01/2015, embora o contribuinte possa optar pela aplicação antecipada a partir de 1º/01/2014, de forma irrevogável e irretroatável na forma do artigo 71 do mencionado diploma legal, portanto, representam regras inaplicáveis para as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.”

O parecer do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo de 2012 contém parágrafo de ênfase destacando:

Ajustes de exercícios anteriores

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, bem como as notas explicativas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 foram reapresentadas em 2012, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, conforme demonstrados a seguir:

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para fins de apresentação, os ajustes de exercícios anteriores registrados nos exercícios de 2010 e 2011 e em atendimento ao artigo 186, § 1º, da Lei 6.404/76, estão demonstrados a seguir:

Ajustes de períodos de apuração anteriores – art. 176, § 5º, h e 186, § 1º, da lei 6.404/76.

Elementos (Em Milhares de Reais)	Valores ajustados	
Prejuízos Acumulados em 31/12/2009		(182.860)
Ajuste de exercício anterior		1.743
Realização da reserva de reavaliação 2010		394
Lucro do exercício 2010		
Resultado de 2010 antes dos ajustes	5.670	
Receita transferida para adiantamentos de clientes (*)	(4.477)	
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber (*)	947	
Imobilizados transferidos para despesas (*)	(1.430)	710
Prejuízos Acumulados em 31/12/2010		(180.013)
Realização da reserva de reavaliação 2011		1.288
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação 2011		(309)
Prejuízo do exercício 2011		
Resultado de 2011 antes dos ajustes	(4.299)	
Receita transferida para adiantamentos de clientes (*)	(9.531)	
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber (*)	345	
Imobilizados transferidos para despesas (*)	(78)	(13.563)
Prejuízos Acumulados em 31/12/2011		(192.597)
Realização da reserva de reavaliação 2012		1.288
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação 2012		(309)
Lucro do exercício 2012		1.122
Prejuízos Acumulados em 31/12/2012		(190.496)

(*) Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e de 31 de Dezembro de 2010.

A Companhia é contratada pela Prefeitura de São Paulo para prestação de serviços de divulgação e promoção turística da cidade de São Paulo (ações de mídia). Por sua vez, a Companhia contrata empresas especializadas nesta promoção, publicidade e divulgação. Estas operações vinham sendo contabilizadas em resultado pelo regime de caixa até as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2011, publicada em 10/04/2012, no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo, com parecer de auditoria com ênfase.

Numa revisão adicional dos procedimentos adotados, corroborada com ressalvas dos auditores independentes nos primeiro e segundo ITR (Informações Trimestrais) de 2012, verificou-se que a prática criou um descasamento entre receitas e despesas e, portanto, no resultado da

empresa, sendo que os recursos recebidos passaram a transitar pela conta de adiantamentos de clientes.

O patrimônio líquido foi reduzido em **R\$14.224**, conforme demonstrado abaixo:

Receita transferida para adiantamentos de clientes	(4.477)
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber	947
Imobilizados transferidos para despesas	(1.430)
Receita transferida para adiantamentos de clientes	(9.531)
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber	345
Imobilizados transferidos para despesas	(78)
	<hr/>
	14.224
	<hr/>

O parecer do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referente aos exercícios findo de 2011 contém parágrafos de ênfase destacando:

Ação cível do fornecedor SPTrans

Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança n.º 000040272877 movido por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo. Há outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 39.295. No exercício de 2012 foram reapresentadas e ajustadas as demonstrações contábeis e notas explicativas adequando esta ação como de possível perda, regularizando-se assim as ênfases apontadas em 2011 e 2010, em conformidade com o CPC 23.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as normas que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas que são revistas de uma maneira contínua.

Impairment de bens do imobilizado, intangível e outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia efetuou teste de impairment e não identificou necessidade de ajuste. CPC nº 01(R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10 e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (R1) e CPC nº 04, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10

Contas a receber

A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajustes a valor presente não identificando efeito significativo ou material. A Companhia constituiu perdas prováveis sobre o valor dos créditos que possuem liquidação duvidosa (CPC nº 12, Deliberação CVM nº 564/08 e Resolução do CFC nº 1.151/09).

Provisão para Contingência

A Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza jurídica (trabalhista e cível) do curso normal de suas atividades. A Companhia constituiu as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. CPC nº 25, Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CFC nº 1.180/09.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Para a elaboração das demonstrações contábeis a Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos.

A avaliação dos controles internos relativos à elaboração das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da Companhia relativos à elaboração das demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que se relacionam à manutenção dos registros que refletem adequadamente suas transações.

Os controles internos relativos às demonstrações contábeis podem não prevenir ou identificar a ocorrência de possíveis erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre a sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A auditoria independente emitiu relatório de recomendações que incluem comentários sobre seus controles internos que apontou oportunidades de melhoria nos processos analisados e relacionados à elaboração das demonstrações contábeis examinadas.

Os comentários da auditoria independente não comprometem a fidedignidade das demonstrações contábeis, e os tópicos identificados como passíveis de melhorias estão recebendo atenção da Companhia no contexto de um contínuo esforço para o aprimoramento dos seus controles internos.

Isto posto, a Companhia não tem conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa a adequação das suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:

Não houve distribuição de valores mobiliários.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente que não aparecem no balanço patrimonial.

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nessa proposta da Administração e nas demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e item 10.9 (a íntegra do enunciado consta do anexo 24 da INCVM 480/09).

A Companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9. - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) Natureza e propósito da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. - Plano de negócios

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2014 as principais ações de investimento em infraestrutura estão em fase preparatória para aplicação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento em sua segunda fase (PAC2) para infraestrutura turística no qual se inclui o Complexo Anhembi. Os valores ainda não estão definidos já que há a possibilidade do uso do Regime Diferenciado de Contratação - RDC. Em síntese, este regime é considerado um avanço do sistema antigo de licitações (Lei nº 8.666/93). O vencedor é definido pelo menor preço quando os concorrentes apresentam suas propostas e ofertas por lances públicos. Diferentemente do modelo tradicional de licitação, os concorrentes não têm acesso ao orçamento da obra. Pelo novo regime, é transferida para as empresas responsáveis pelas obras a elaboração de projetos, eliminando uma etapa que antes era feita pelos entes públicos. Neste caso, as empresas vencedoras ficam com a responsabilidade de arcar com eventuais aumentos de custos.

Em 2013 as principais ações de investimentos em infraestrutura foram:

Serviços de engenharia para proteção contra incêndio no Pavilhão Oeste e Adequação da acessibilidade do Palácio das Convenções.

Em 2012 as principais ações de investimentos em infraestrutura foram:

Pavilhão de Exposições:

- Ampliação em 12.000 m² área de exposição;
- Reforma do teto, colocação de cobertura termo acústica (redução 5°C);
- Automação do estacionamento;
- Recapeamento do piso norte e sul e nivelamento do piso e canaletas do Pavilhão Oeste;
- Construção da pista de desaceleração da Marginal Tietê;
- Remodelagem de todos os banheiros;
- Remoção dos quiosques da entrada principal;
- Colocação de cobertura no corredor de acesso que liga o Pavilhão ao Palácio e

Hotel ;

- Acessibilidade completa.

Concluídas em 2012:

- Construção de 4 novos banheiros;
- Remodelação dos lanternins e sheds dos vidros do teto, melhorando a ventilação;
- Segurança: instalação de sistema de combate a incêndio na ampliação do Pavilhão Oeste;
- Acessos: construção de cobertura no principal portão de entrada do parque com espaço para embarque e desembarque e bolsões para táxis;
- Entrada: novas entradas monumentais projetadas ao centro do Pavilhão Norte/Sul.

Palácio das Convenções:

- Duplicação área de exposição do Palácio com a cobertura do Hall nobre;
- Novo piso de granito nos Halls 2 e 3;
- Modernização do sistema de ar-condicionado;
- Remodelação total das salas e auditórios;
- Construção de novos banheiros nos Halls;
- Construção da Cozinha Industrial do Palácio;
- Renovação geral do Auditório Elis Regina;
- Implantação de rede sem fio completa;
- Totens de recarga para aparelhos eletrônicos;
- Sinalização totalmente renovada e atualizada;
- Instalação de cenotecnia no Grande Auditório e modernização do palco;
- Acessibilidade total (piso podotátil, faixas de alerta, plataformas elevatórias e tampas).

Concluídas em 2012:

- Acessos: Construção de coberturas nos principais portões de entrada para o Palácio. R. Milton Rodrigues (portões A) e Portão 35 (portão B);
- Halls: Fechamento em vidro com portas retráteis dos Halls;
- Conclusão da pavimentação e estruturação da laje, agora denominada Terraço com 5 mil m² adaptados para colocação de tendas destinadas à realização de eventos.

Sambódromo

- Fechamento do fosso da pista;
- Construção de novos banheiros;
- Retirada dos postos de combustíveis para ampliação da área de eventos;
- Instalação de ganchos fixos que favorecem a montagem de eventos;

Concluídas em 2012:

- Construção da Nova Arena na antiga área de dispersão aumentada de 7 mil m² para 14 mil m²;
 - Construção do Espaço Anhembi, antigo setor I do Sambódromo que agora dispõe de 5 mil m² de área coberta dividida em dois pisos e capacidade para 3.200 pessoas ou, se usada junto com a arquibancada monumental(setor B) e pista, comporta até 18 mil pessoas;
 - Obras de requalificação dos principais acessos do Palácio das Convenções (portarias A e B) e do Pavilhão de Exposições (portaria principal);
 - Avaliação estrutural das condições de segurança e estabilidade das edificações do Anhembi Parque que traçou parâmetros de ação de curto, médio e longo prazo;
 - Prognóstico hidrogeológico do entorno Hotel Holiday Inn;
 - Construção de Ambulatório Médico;
 - Criação do projeto de padronização da sinalização do Anhembi Parque executado em etapas;
 - Levantamento fitossanitário de todas as árvores do Parque;
-
- Reforma do telhado do melhorando a eficiência térmica e acústica;
 - Requalificação do estacionamento com melhoria do sistema de iluminação, comunicação visual, mídia, acessibilidade e infraestrutura;
 - Intervenção nos sanitários com a reforma dos sanitários existentes (Norte/Sul), além da construção de novos sanitários (Leste/Oeste);
 - Demolição do mezanino;
 - Reforma das Fachadas Norte e Sul;
 - Ampliação do Pavilhão Oeste, (aproximadamente 18.000m² de área locável);
 - Instalação do sistema de proteção contra incêndio.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Todos os investimentos realizados em 2014 totalizaram R\$ 1,8 milhões.

Todos os investimentos realizados em 2013 totalizaram R\$ 2,4 milhões.

Todos os investimentos realizados em 2012 totalizaram R\$ 15 milhões e proporcionaram ao Complexo Anhembi Parque uma condição de excelência em seu segmento e os projetos de investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui qualquer desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o futuro próximo.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou

outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. - Outros fatores com influência relevante

A Companhia não possui outros fatores com influência relevante.

12.6 Administradores e membros do Conselho Fiscal:

Conselho de Administração:

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato
Adelaide Maria Bezerra Maia de Moraes	60	Economista	845.226.748-72	Membro do Conselho de Administração	27.01.2015	27.01.2015	29.04.2015
Ademir José Morais da Mata	61	Engenheiro	304.299.517/87	Presidente do Conselho de Administração	14.11.2013	14.11.2013	29.04.2015
Angelina Felício Graciano Gauna	52	Arquiteta	032.355.278-18	Membro do Conselho de Administração	10/12/2014	05/01/2015	2 anos
Danilo Pitarello Rodrigues	37	Economista	198.131.338-99	Membro do Conselho de Administração	24/06/2014	25/06/2014	29/04/2015

Francisco Macena da Silva	50	Administrador de empresas	040.239.928-52	Membro do Conselho de Administração	16/04/2014	16/04/2014	29/04/2015
Juscelino José Ataliba Antonio Gadelha	52	Leiloeiro Oficial	012.412.238-82	Membro do Conselho de Administração	24/06/2014	25/06/2014	29/04/2015
Maurício de Góis Dantas	36	Servidor Público	316.597.478-05	Membro do Conselho de Administração	27/05/2014	27/05/2014	29/04/2015
Renata Mariano de Matos	41	Advogada	924.931.066-87	Membro do Conselho de Administração	27/05/2014	27/05/2014	29/04/2015
Valdir Sant'anna	53	Sociólogo	073.442.808-17	Membro do Conselho de Administração	24/02/2015	24/02/2015	29/04/2015

Com exceção da Conselheira Angelina Felício Graciano Gauna, empregada da empresa, ocupante do cargo de Arquiteta e Urbanista, e que foi eleita pelos empregados, em observância à Lei Municipal n.º 10.731/89, todos os demais membros do Conselho de Administração foram indicados pelo acionista controlador, a Prefeitura do Município de São Paulo e não exercem nem nunca exerceram outros cargos na empresa.

Nos termos do art. 18 do Estatuto Social da empresa, o Conselho de Administração é composto por 10 (dez) membros.

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato
Carlos Roberto Barreto	68	Advogado	110.377.768-87	Membro efetivo do Conselho Fiscal	24/02/2015	24/02/2015	29/04/2015
Fabio Alves Correia	30	Gestor de Políticas Públicas	215.874.038/89	Membro efetivo do Conselho Fiscal	30/04/2014	30/04/2014	1 ano
Marcelo Pierantozzi Gonçalves	40	Contador	194.793.038-92	Membro efetivo do Conselho Fiscal	30/04/2014	30/04/2014	1 ano
Odair Henrique Neto	48	Ciência da Computação	152.117.648-54	Membro efetivo do Conselho Fiscal	30/04/2014	30/04/2014	1 ano
Priscilia Cristina Pereira Cardoso Silva	36	Advogada	196.555.398-22	Membro efetivo do Conselho Fiscal	10/12/2014	05/01/2015	2 anos
Eduardo Ignácio Faria	61	Advogado	508.355.488-72	Membro suplente do Conselho Fiscal	30/04/2014	30/04/2014	1 ano
Jaques dos Santos Pereira	41	Contador	143.899.258-06	Membro suplente do Conselho Fiscal	10/12/2014	05/01/2015	2 anos
Jeter Luiz Gomes	55	Engenheiro Mecânico	289.321.966-72	Membro suplente do Conselho Fiscal	30/04/2014	30/04/2014	1 ano
Katiele França do Nascimento	23	Jornalista	366.205.518-07	Membro suplente do Conselho Fiscal	30/04/2014	30/04/2014	1 ano
Tancy Ferreira Miranda	35	Bacharel em Pedagogia	274.233.768--76	Membro suplente do Conselho Fiscal	24/06/2014	25/06/2014	29/04/2015

Nos termos do art. 30 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal é composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo que 4 (quatro) membros foram eleitos pelo acionista controlador, a Prefeitura do Município de São Paulo e 01 (um) membro efetivo e respectivo suplente foi eleito pelos empregados da empresa, nos termos da Lei Municipal n.º 10.731/89.

Diretoria Executiva

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato
Wilson Martins Poit	55	Engenheiro Eletricista	847.794.978-68	Diretor Presidente	17/12/2014	05/01/2015	2 anos
Ítalo Cardoso Araujo	56	Bacharel em direito	946.876.848-15	Diretor Vice Presidente	17/12/2014	05/01/2015	2 anos
Domério Nassar de Oliveira	57	Economista	004.170.228-08	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores	17/12/2014	05/01/2015	2 anos
José Daniel Monteiro Moreira	42	Advogado e Professor	127.649.458-09	Diretor de Representação dos Empregados	17/12/2014	05/01/2015	2 anos
Alcino Reis Rocha	43	Consultor	544.900.065-00	Diretor de Infraestrutura	17/12/2014	05/01/2015	2 anos
Luciane Farias Leite	48	Bacharel em Turismo	292.907.755-72	Diretora de Turismo e Entretenimento	17/12/2014	05/01/2015	2 anos
Tatiana Silva Giatti	48	Bacharel em Comunicação Social	085.295.308-96	Diretora de Marketing e Vendas	17/12/2014	05/01/2015	2 anos
Neliane Casimiro da Silva	51	Bacharel em Ciências Econômicas	114.727.728-14	Diretora de Eventos	17/12/2014	05/01/2015	2 anos

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável à São Paulo Turismo S/A, uma vez que a empresa não conta com a existência de qualquer comitê, seja ele estatutário ou não e não haverá eleição de Comitês na Assembléia Geral Ordinária convocada para 30 de abril de 2015.

12.8 Currículos dos Administradores indicados pelos acionistas controladores:

ADELAIDE MARIA BEZERRA MAIA DE MORAES

Economista

36 anos de vivência na área pública, esfera estadual e municipal. Trabalhei nos setores de registros e controles de pessoal, almoxarifado, patrimônio, frota, finanças, planejamento, divulgação, tesouraria, contabilidade, implementação de sistemas nas áreas de receita e despesa e gestão de projetos. *Nos setores de registros e controles de pessoal, exerci a função de organizar, controlar, registrar todas as rotinas no período de 1976 a 1978, através de concurso público na função de Escriturário da Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. *No período de 1978 a 1983, concurso público para o cargo de Oficial Administrativo para a Coordenadoria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, exerci a função na área de almoxarifado, patrimônio,

licitação, e a função de Chefe de Seção; *No período de 1984 a 1992 fui designada para a função de Diretora Técnica do Serviço de Finanças, onde atuei na área de elaboração do orçamento, execução da despesa e controle orçamentário da Administração da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária, por estar em uma Unidade Orçamentária, orientava quanto à elaboração e execução orçamentária os Institutos de Pesquisa (Agrônomo, Biológico, Pesca, Tecnologia de Alimentos e Zootecnia) *No período de 1993 e 1996, fui nomeada, em comissão, para a Chefia da Divisão do Tesouro da Prefeitura Municipal de Diadema, onde exerci a função de todas as rotinas de Tesouraria: Registrar e conferir as Despesas, efetuar pagamentos aos Fornecedores, registrar e conferir as Receitas, Controle de Cauções e Fianças, Conciliação Bancária e Cronograma de Pagamentos, atendimento à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado. *Em 1997, cessou o meu afastamento e retornei à Secretaria de Agricultura e Abastecimento para as funções de Supervisão de Convênios, Captação de Recursos e Divulgação da Pesquisa Agropecuária, onde participei da elaboração de três revistas sobre a pesquisa agropecuária, na qual uma delas (Resultados da Pesquisa Agropecuária do Estado de São Paulo) como co-autora e da elaboração de um boletim bimestral informativo. *Em 1998 fui nomeada para as funções de Assistente da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Ribeirão Pires-SP, onde exerci várias funções de planejamento, análise e adequação dos processos de trabalhos das áreas contábil-financeira, migração/implantação dos Sistemas de Contabilidade e Tributação, elaboração de orçamento, atendimento à fiscalização do Tribunal de Contas, Prestação de Contas Ensino, membro dos conselhos de Assistência e Aplicação no Ensino.*No período de 2005 a 2011 atuei como presidente do Conselho Fiscal da Fundação Florestan Fernandes, do Município de Diadema. *Exerci o cargo de Secretária de Finanças do Município de Diadema, no período de 2005 a 2012. *Atualmente exerço a função de Coordenadora da Coordenadoria Financeira e Orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvida em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ADEMIR JOSÉ MORAIS DA MATA

Engenheiro Civil

QUALIFICAÇÃO

Engenheiro Civil, formado pela Universidade Santa Úrsula em 1980 – Rio de Janeiro – RJ
Exercendo função de Gerente de Obras com experiência em Obras de Edificações Industriais, Educação, Saúde, Infraestrutura e Serviço Público.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- LOGOS ENGENHARIA
- JBA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

- RIO VIVENDA CONSTRUTORA LTDA
- ECISA ENGENHARIA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

Maio/2005 até Julho de 2013

Coordenadoria de Obras da Subprefeitura Capela do Socorro

Trata-se de uma região situada em área de Mananciais, com 134 Km² de extensão a aproximadamente 650.000 habitantes. Responsável pela Coordenação dos serviços de Implantação, Manutenção e Conservação dos Logradouros Públicos de Infra-estrutura da Capela do Socorro. PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO Janeiro/2001 a Fevereiro/2005

Diretor do Departamento Técnico de Edificações – EDIF – da secretaria de serviços e Obras.

EDIF tem como função projetar, orçar, planejar e fiscalizar todos os contratos de reformas e construções na área de edificações das diversas secretarias.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ANGELINA FELICIO GRACIANO GAUNA

Arquiteta

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

2005 – 2006 Especialização em Gerenciamento de Projetos - Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Título: MBA – Master Business Administration. (Carga Horária: 420h).

1980 – 1984 Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário Belas Artes , São Paulo, Brasil.

Título: Arquiteta e Urbanista

IDIOMAS

Inglês Nível avançado

Espanhol Nível básico

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

São Paulo Turismo S.A., São Paulo, Brasil.

2013 até o presente Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Coordenadora de Projetos, Carga horária: 40h semanais.

Coordenação dos projetos de arquitetura, especificações técnicas, processos licitatórios. Aprovações junto aos públicos.

2008 - 2013 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Arquiteta , Carga horária: 40h semanais.

Condução dos processos de aprovações junto aos órgãos públicos - regularizações em andamento, revalidações de alvarás de funcionamento do Parque Anhembi e Autódromo de Interlagos. Alvarás de autorização de eventos Fórmula 1 e Carnaval. Elaboração de especificações técnicas para contratações de obras e serviços. Revisão de especificações técnicas para processos licitatórios, observando a lei de licitações e contratos.

EDS do Brasil, São Paulo, Brasil.

1996 - 2008 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Analista de Negócios Sênior, Gerente de Projetos, Carga horária: 40h semanais.

Gerenciamento de projetos seguindo a metodologia PMI. Desenvolvimento de novos negócios, elaboração de propostas técnicas e comerciais. Gerenciamento de equipes, implementação de sistemas de qualidade (ISO), Desenvolvimento de processos. Gerenciamento de Mudanças, Formação, capacitação e treinamento de pessoal. Monitoramento de métricas.

Experiência em gerenciamento de projetos em times na América Latina e África do Sul.

Gerenciamento de equipe com 130 analistas, 5 coordenadores e 2 supervisores, time de treinamento e relatórios, com ilhas de atendimento de Suporte à Vendas (tradicional e por internet), Pós- Vendas e Times técnicos. Monitoração de sistemas operacionais, definição de políticas e procedimentos, estrutura operacional, fluxo de informações. Controle do nível de serviço e padrão de qualidade. Definição de estratégias e direcionamento de treinamentos. Desenvolvimento de plano de negócio para operações e equipe. Estabelecimento e acompanhamento de metas. Implementação das mudanças necessárias para a consolidação de 14 grupos de call center em uma única operação dos Call Centers GM (Chevrolet). Implementação sistema de qualidade ISO 9000.

Dupré Arquitetura e Coordenação, São Paulo, Brasil.

1993 - 1995 Vínculo: Autônoma, Enquadramento Funcional: Arquiteta, Carga horária: 40h semanais.

Desenvolvimento e Coordenação de projetos de arquitetura, compatibilização de projetos complementares, edificações de uso industrial, institucional, comercial, residencial. Utilização de autocad.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

DANILO PITARELLO RODRIGUES

Economista

FORMAÇÃO

Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP – dez de 2001

Especialização em Diplomacia Econômica – curso promovido pelo Instituto de Economia da Unicamp em parceria com a UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) – 2004 (372 horas/aula).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

BM&FBOVESPA – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (07/2002 – 11/2013)

Gerente (11/2011 – 11/2013) e Coordenador de Renda Fixa (07/2010 – 10/2011).

Atividades: estudos e estruturação de novos produtos, acompanhamento da regulação e evolução dos mercados de renda fixa, relacionamento com instituições de mercado, atuação em projetos de estratégicos para o mercado de renda fixa e gerenciamento do Tesouro Direto.

Coordenador de Liquidação (12/2009 – 06/2010).

Atividades: gestão dos processos e dos sistemas de controle de liquidação financeira das quatro clearings da BM&FBOVESPA, liquidação de operações com ações, derivativos, títulos públicos e câmbio, liquidação de ofertas públicas de distribuição (IPOs, follow-ons) e de aquisição (OPAs), comunicação com Banco Central, gestão da conta de liquidação no STR (Sistema de Transferência de Reservas do Banco Central), monitoração de pagamentos, gestão de projetos.

Coordenador de Alocação de Renda Variável e Fixa Privada (09/2008 – 11/2009).

Atividades: gestão dos processos e dos sistemas de especificação de investidores, compensação, liquidação física de operações com ações e renda fixa privada e tratamentos de falha de entrega de títulos, gestão de projetos;

Analista de Liquidação (08/2007 – 08/2008).

Atividades: apoio na estruturação de Ofertas Públicas de ações e títulos de renda fixa (IPOs e follow-ons); organização da Oferta de Varejo; administração do sistema de captação de reservas institucionais e de varejo; liquidação das ofertas.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FRANCISCO MACENA DA SILVA - Presidente do Conselho de Administração
Administrador de Empresas

Atualmente, aos 50 anos, é Secretário do Governo Municipal da capital paulista. É formado em administração de empresas e na área acadêmica, foi professor de pós-graduação da Universidade Nove de Julho.

2014: Prefeitura de São Paulo

Secretário do Governo

Funções:

Assistir e assessorar diretamente o Prefeito no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e integração das ações do Governo.

Preparar a expedição dos atos normativos e decisórios de competência do Prefeito promovendo a respectiva publicação e preservação.

2012-2013: Prefeitura de São Paulo

Secretário de Coordenação das Subprefeituras

Funções:

Dar apoio gerencial e administrativo às decisões do Prefeito sobre o desempenho das Subprefeituras e suas solicitações. Realizar o acompanhamento gerencial das metas e atividades das Subprefeituras criando indicadores para dimensionar os recursos humanos e materiais para as Subprefeituras, a partir de padrões de qualidade de cada região.

Propor ao Prefeito e articular soluções para o bom desenvolvimento de relações intersetoriais e institucionais mantidas pelas Subprefeituras. Avaliar o cumprimento das diretrizes gerais e setoriais na ação, no planejamento e na gestão regional exercida pelas Subprefeituras.

2008-2012 - Câmara Municipal de São Paulo

Vereador

Funções:

Tem como papel criar leis municipais, aprovar os gastos e fiscalizar as ações da Prefeitura. Acompanhar o andamento de obras, os serviços oferecidos a população e garantir que a constituição municipal seja respeitada.

Enquanto vereador foi presidente da Comissão de Política Urbana. Obteve êxito na elaboração do Sistema Ciclovitário da cidade, Programa de Gestão de Resíduos Sólidos e Registros do Patrimônio Imaterial e à Regulamentação do Trabalho dos Catadores de Material Reciclável como Profissão, dos Helipontos e da Contratação Regional de Profissionais de Saúde.

Participou das Frentes Parlamentares pela Zona Leste e pela Cultura, propôs a criação da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas em situação de Rua. Integrou a Corregedoria da Câmara Municipal. Foi relator da Comissão de Estudos sobre Aeroportos, Comissão sobre Poluição das Águas e da Zona Sul e membro da CPI que investigou o descaso da Prefeitura com Centros Desportivos Municipais e dos bancos. Além disso, fez parte da Comissão de Estudos sobre os

Impactos Ambientais provocados pela implementação de condomínios residenciais horizontais no entorno da Serra da Cantareira.

Sua atuação mais dinâmica está centrada nos temas que tratam da revisão do Plano Diretor Estratégico, Habitação, Meio Ambiente, Cultura e Transporte.

Cargos administrativos:

Secretário do Governo;
Secretário de Coordenação das Subprefeituras;
Vereador: dois mandatos (2004-2012);
Presidente da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego)

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

JUSCELINO JOSÉ ATALIBA ANTONIO GADELHA
Leiloeiro

ESCOLARIDADE

- Ensino Médio Completo

HISTÓRICO PROFISSIONAL

- Leiloeiro Oficial
Início 1997
- Vereador – Câmara Municipal de São Paulo
Mandatos: 2005 a 2008 // 2009 a 2012

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

MAURÍCIO DE GÓIS DANTAS
Sociólogo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: Assessor Especial do Gabinete do Prefeito;
abr/2014
SUBPREFEITURA DA SÉ: Subprefeito - Início out/2013; Chefe de Gabinete - Início jan/2013;

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Coordenador Geral de Diálogos com Movimentos Sociais Urbanos da Secretaria Nacional de Articulação Social - Início jan/2012

MINISTÉRIO DA CULTURA: Coordenador Geral de Relações Federativas e Sociedade da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura - abr/2011; Assessor do Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura - início mar/2010; Coordenador Geral de Acompanhamento da Política Cultural da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura - início jun/2009; Gerente da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura - início out/2008

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO: Assessor parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - início dez/2005

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo jun/2003 a dez/2004

INSTITUTO PÓLIS: Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo - out/2001 a ago/2003

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

RENATA MARIANO DE MATOS

Advogada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Subprefeitura de Pinheiros: Assistente Técnico II - mar/2013;

RIBEIRO DE OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C: Advogada - jun/2011 a dez/2012

FELISBERTO EGG ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C: Advogada - mar/2003 a mai/2011

FUNDAÇÃO CDL-BH PRÓ-CRIANÇA: Advogada Voluntária - set/2002 a mar/2003

FUNDAMIG - FEDERAÇÃO MINEIRA DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO: Advogada Voluntária - jun/2002 a set/2002

FELISBERTO EGG ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C: Advogada - jan/2001 a dez/2001

LIMA, TORRES E CASTRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C: Advogada - jun/1999 a out/2000

SANTA BÁRBARA ENGENHARIA S/A: Estagiária/Advogada - out/1994 a mai/1999

EPAMIG - EMPRESA DE PESQUISA EM AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: Estagiária - fev/1994 a out/1994

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS: Estagiária fev/1993 a dez/1993

Atividades: Atuação nas áreas de Direito Civil, Tributário e Administrativo, incluindo Direito Militar, com efetiva atuação nas áreas administrativa e judicial; Elaboração de peças e pareceres; Elaboração e análise de contratos; Patrocínio e acompanhamento de processos administrativos e judiciais; Realização de audiências; Pesquisa de jurisprudência e doutrina;

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na

esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

VALDIR SANT'ANNA

Sociólogo

EXPERIÊNCIA PRIFISSIONAL

. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO Jan/2015

Coordenador de Assuntos Políticos e Parlamentares

Secretaria de Relações Governamentais

Secretaria de Educação

Responsável pela coordenação dos trabalhos da secretaria junto a câmara municipal de São Paulo, acompanhamento parlamentar dos Projetos de Leis, Emendas e atendimento, monitorando o Secretário das ações da secretaria junto aos órgãos municipais.

. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO Jan/2013 – Fev/2014

Secretário Municipal Adjunto da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras

Representação da Secretaria e do Secretário nas articulações junto as demais secretarias municipais, câmara de vereadores, movimento social e sociedade civil. Responsável pela coordenação das 31 Subprefeituras da cidade, coordenando os trabalhos nas áreas administrativa, orçamentária e política.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – CMSP Jan/2005 - Dez/2012

Chefe de Gabinete

Atuação como chefe de gabinete parlamentar e chefe de gabinete da 1ª Secretaria (2010) da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo coordenando os trabalhos técnicos e acompanhamento legislativo, organizando os grupos de apoio ao mandato, representando o vereador nas atividades junto à sociedade e eventos, coordenando a assessoria junto aos movimentos populares de habitação, criança e adolescente, cultura, pessoas em situação de rua, etc., assessoria legislativa com elaboração de projetos de leis e relações com os demais gabinetes e partidos. Coordenador regional da eleição de 2004 e coordenador geral de campanha em 2008.

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET 2003

Assessor da Presidência

Assessoria política na representação da presidência da empresa junto à sociedade civil, através de reuniões de reivindicações da população e acompanhamento de implementação de programas e diretrizes de políticas públicas de mobilidade.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós-graduando ("strictu-sensu") em Gestão Pública

Fundação Getúlio Vargas – F.G.V. – 2011

Pós-Graduado (“lato-sensu”) em Sociologia Urbana

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 1997

Graduado em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – 1994

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO FISCAL:

CARLOS ROBERTO BARRETO

Advogado

I. TÍTULOS

1. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Bragança Paulista – 1973

II. ATIVIDADES ATUAIS

1. Atividade principal

- Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – outubro/2014
- Advogado – OAB 31.730
- Presidente da ONG “Pro-Animal” - União pela Conscientização Ambiental e Preservação da Vida.

III. CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

- Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – Janeiro/2013 a outubro/2014
- Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo – Janeiro a maio de 2011.
- Chefe de Gabinete da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Junho/2010 a dezembro/2010.
- Diretor Estatutário de Gestão do Sistema Contratado da São Paulo Transporte S/A – SPTrans - abril a junho de 2010.
- Diretor Adjunto de Gestão do Sistema Contratado da São Paulo Transporte S/A – SPTrans Dezembro/2008 a abril/2010.
- Membro da Comissão Especial de Renegociação da SPTrans – fevereiro/2009 (CP 010/09)
- Superintendente de Controle de Concessões e Permissões da São Paulo Transporte S/A – SPTrans, do Município de São Paulo – outubro/2007 a dezembro/2008.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FABIO ALVES CORREIA

Gestor de Políticas Públicas

- Estratégias e Inovações Tecnológicas para a Comunicação Política na Internet (Extensão) - Câmara Municipal de São Paulo - 2012
- Democracia e o Legislativo no plano municipal (Extensão) - Câmara Municipal de São Paulo - 2012
- Tendências Contemporâneas na Gestão do Orçamento Público (Extensão) - Câmara Municipal de São Paulo – 2012 Experiência Profissional
- Atual – Assessor Especial – Secretaria de Governo Municipal de São Paulo - Gabinete.

Responsável pela implementação de políticas públicas, identificação de gargalos e demandas. Assessoria em legislação, Plano Diretor, orçamento e finanças, trâmites internos e fluxo de encaminhamentos em obras e habitação municipais. Implementação do Sistema Integrado de Monitoramento Estratégico da Cidade de São Paulo (SIMESP). Atuação no Grupo de Trabalho gerenciador de parcerias entre Prefeitura Municipal de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo. • 2001 – 2012 - Assessor Parlamentar – Câmara Municipal de São Paulo. Assessoria técnica – Gabinete Vereador Antônio Donato.

Responsável pela análise de orçamento e finanças, acompanhamento da Agenda 2012, LOA, LDO e PPA para a comissão de orçamento e finanças. Assessoria na comissão parlamentar de inquérito (CPI Eletropaulo) e na Subcomissão constituída para analisar e acompanhar a execução dos contratos firmados pela Municipalidade com o terceiro setor na área da saúde. Análise dos relatórios anuais de fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

Contador

Direção de equipe nas ações pertinentes a contabilização e elaboração dos demonstrativos contábeis da PMSP inclusive quanto à consolidação das contas públicas das demais empresas da esfera municipal em conformidade com a legislação vigente;

Assessoria às atividades pertinentes aos fechamentos contábeis da administração indireta e PMSP com a implantação do Sistema de Orçamentos e Finanças – SOF;

Lei de Responsabilidade Fiscal - Análise dos modelos dos relatórios da LRF - RREO/RGF com vistas à implantação do Sistema de Orçamentos e Finanças – SOF;

Coordenar o planejamento, a previsão orçamentária, a execução do orçamento, o acompanhamento e a avaliação dos recursos financeiros inclusive de fontes estaduais e federais, do controle de contratos de serviços e convênios na esfera municipal;

Execução Orçamentária e atividades pertinentes: reservas, empenhos, liquidações e posições de pagamento.

Assessoria e treinamento de funcionários da área contábil visando compatibilização das atividades operacionais com a legislação pública vigente na área pública;

HISTÓRICO PROFISSIONAL NA ÁREA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PMSP – SF – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Período: A partir de Abril/2012

Cargo: Diretor da Divisão de Contabilidade

PMSP – SF – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Período: Outubro/2010 a Março/2012

Cargo: Assistente Técnico do Departamento de Contadoria

PMSP – SMS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Período: Janeiro/2008 a Setembro/2010

Cargo: Assistente Técnico da Gerência de Administração e Finanças

PMSP – SMS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Consultor contratado por meio da UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Período: Setembro/2004 a Dezembro/2007

Cargo: Consultor Contábil e Financeiro

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós Graduação em nível de Especialização - Gestão Pública – UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

Bacharelado em Ciências Contábeis – UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

CURSOS EXTRA CURRICULARES

Curso - formação de Pregoeiro – IPREM;

Curso - Treinamento e Implementação do módulo de contratações – SF;

A nova era da Contabilidade aplicada ao setor público - SF;

Contabilidade Pública – Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

Retenção de Imposto de Renda - SF;

Práticas Administrativas (Planejamento e Controle da Execução Orçamentária) - Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

Introdução à Contabilidade Governamental - Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ODAIR HENRIQUE NETO

Chefe de Assessoria Técnica na Secretaria de Governo Municipal - Coordenação da Assessoria Técnica na elaboração, gestão e monitoramento de projetos estratégicos do governo; Assessor Especial na Secretaria de Coordenação das Subprefeituras - Assessoria técnica de gabinete na elaboração, pesquisa, consolidação, gestão e monitoramento de projetos e atividades da secretaria; Assessor Técnico Legislativo na Câmara Municipal de São Paulo - Assessoria na proposição, análise e elaboração de projetos de lei e decretos parlamentares; Assessor Parlamentar - Criação e análises de pesquisas de opinião e de serviços públicos; organização de simpósios e audiências públicas; coordenação de comunicação de gabinete; organização de banco de dados e multimídia; e assessoria de atividades de plenário e comissões técnicas.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

PRISCILIA CRISTINA PEREIRA CARDOSO SILVA

Advogada

QUALIFICAÇÕES

Bacharel em direito com pós-graduação em Direito do Trabalho.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2012 em diante - TRT 2ª Região.

Atuação no cargo de analista judiciário por meio de concurso público.

2009/2012 - São Paulo Turismo S/A.

Atuação como advogada concursada, com ênfase em licitações e contratos públicos.

2008/2009 - Henares Advogados Associados S/C Ltda.

Atuação em matéria tributária, notadamente na área previdenciária, no tocante a realização de auditorias, recuperação de crédito, compensação administrativa e judicial de créditos previdenciários. Além disso, atuação de apoio na área trabalhista com realização de auditorias, peças processuais e audiências.

1994 a 2007 - IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

• Consultora Jurídica, por cinco anos.

- Redatora, por dois anos.
- Analista de Departamento de Pessoal, por um ano.
- Auxiliar de revisão de textos por dois anos.

Todo o tempo de experiência é comprovado em Carteira Profissional.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós-graduação em Direito do Trabalho

Escola Paulista de Direito

Conclusão: Junho de 2008.

DIREITO - Universidade São Francisco

Conclusão: Dezembro de 2003

Aprovada no Exame de Ordem de 2003.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

EDUARDO IGNACIO FARIA

Bacharel em Direito

Experiência Profissional Tendo vivido algumas experiências em anos anteriores, busquei no mercado novos desafios, tendo sido contratado em 1988 para gerenciar o setor financeiro de uma ONG, o IBAP – Instituto Brasileiro de Administração Pública, com atuação na área de organização social, tendo após dois anos, sido eleito Diretor Financeiro, onde permaneci até a suspensão de suas atividades em 2003. Concomitantemente, em 2001, fui contratado para ocupar cargo de Assessor Parlamentar no mandato da Deputada Estadual Maria Lúcia Prandi (SP), passando a me dedicar integralmente ao mandato no início de 2002, vindo a ocupar, em 2003, o cargo de Chefe de Gabinete, o que se deu até fim do mandato em março de 2011. Desde 13 de fevereiro de 2013 ocupo o cargo de Coordenador de Programas da Secretaria do Governo Municipal da Cidade de São Paulo, representando o Gabinete do Prefeito e a Secretaria em Conselhos e Comissões bem como atendendo as demandas encaminhadas à Secretaria do Governo.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselheiros Fiscais Suplentes:

JAQUES DOS SANTOS PEREIRA

Contador

Perfil profissional

Gestão de todo o Departamento Financeiro.

- Controle e análise de budget, fluxo de caixa, análise de lucratividade, custos, conciliações e balanço patrimonial;
- Elaboração e análise de planilhas e relatórios para controles financeiros e gerenciais para a tomada de decisão;
- Interface com o setor contábil para validação do resultado financeiro da empresa;
- Foco na redução de despesas financeiras e administrativas, visando a maximização dos resultados;
- Gestão de equipe focada na motivação e qualidade.

Experiência Profissional:

01/05/09 ao presente VISEU SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Empresa do segmento de serviços jurídicos

Cargo: Gerente Financeiro

03/05/04 a 30/04/09 VISEU, CUNHA E ORICCHIO ADVOGADOS

Empresa do segmento de serviços jurídicos

Cargo: Analista Financeiro

2002 a 2004

RWR AUDITORIA E CONTABILIDADE LTDA

Empresa do segmento de prestação de serviços

Cargo Final: Auxiliar Contábil

Formação Acadêmica

Pós-Graduação em Finanças de Empresas

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Conclusão – Dezembro 2012

Bacharel Ciências Contábeis.

Faculdades Oswaldo Cruz.

Conclusão – Dezembro 2008

Cursos

- Conhecimentos de Windows, Word, Excel, Internet;
- Curso Técnico em Contabilidade (Colégio Lapa);
- Curso de Escrita Fiscal (SESCON);
- Curso “Gestão Financeira e de Resultados na Advocacia” (Selem, Bertozzi & Consultores Associados).

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

JETER LUIZ GOMES

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) - Cargo: diretor do Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Fundação Banco do Brasil - Cargo: consultor de Articulação Institucional do projeto Água para Todos; Consultor de projetos de cooperativas de agricultura familiar, nas cadeiras produtivas da Cajucultura, apicultura e Mandiocultura; Presidência da República - Cargo - assessor da Secretaria Geral da Presidência, Membro Titular do Comitê Internacional para a Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis; Membro titular do Conselho Curador da função Banco do Brasil; CENTRAL NACIONAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: Coordenador de projeto de apoio aos micros e pequenos empreendimentos solidários; Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo (CET-SP) Gerente de Educação de Trânsito.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

KATIELE FRANÇA DO NASCIMENTO

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Cargo Jornalista; SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS: Assessora de imprensa; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: assessora de imprensa.

Declarou que nos últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

TANCY FERREIRA MIRANDA

Experiência em prestação de contas, contabilização, conciliação e fechamento contábil, Empresas sem Fins Lucrativos e Empreendimentos Imobiliários.

Envio de Declarações Federais, Estaduais e Municipais.

Experiência na área fiscal em lançamentos de notas fiscais e apuração de impostos. Conciliação em geral além de rateio de custo.

Elaboração de relatórios, domínio do ambiente Windows, Word, Excel, Internet Explorer; conhecimento e experiência na área de Recursos Humanos (Contratação e Rescisão de Pessoal, Folha de Pagamento, Emissão de Guias para recolhimento, cálculo de Receitas e Emissão de Notas Fiscais). Cálculo de Férias / 13º Salário.

Instituto Sócio cultural Brinquedo Vivo/ Secretária Municipal de Esportes
Cargo: Coordenadora Pedagógica

Instituto Sócio cultural Brinquedo Vivo/ Secretária Municipal de Esportes
Cargo: Técnica Contábil

Sociedade Imobiliária Cinerama
Cargo: Assistente Administrativo de Contratos

- Faculdade Editora Nacional – FAENAC – São Caetano do Sul
Pedagogia licenciatura plena
- CIM Alcina Dantas Feijão - SCSul
Técnica Contábil

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvida em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Diretoria

WILSON MARTINS POIT – Diretor Presidente
Engenheiro Eletricista

Histórico Profissional :Poit Engenharia 1985-2000 Empreendedor.Graduado em Engenharia Elétrica –Faculdade Engenharia Industrial-FEI-SBC Ano de Conclusão 2001.Participação em Conselhos de Administração nas seguintes empresas:Poit Energia,Basfilter,ENDEAVOR Serviços Empreendedores,EMIBRA.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ITALO CARDOSO ARAÚJO – Diretor Vice-Presidente
Bacharel em Direito

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

DOMERIO NASSAR DE OLIVEIRA - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores
Economista

2003-2004-Diretor do Departamento da Receita Municipal de S.B.C-a convite do Secretario Marcos Cintra Cavalcanti Albuquerque.2001-2002 Diretor Financeiro da Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo-PRODAM-Formação Acadêmica :Graduação em economia pela Faculdade de Economia e Administração USP-1977. 1978/1979

Mestrado em Economia pelo Departamento de economia e Planejamento da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA - Diretor de Representação dos Empregados Advogado

Escolaridade:

- . Graduado em Filosofia - UNIFAI – Centro Universitário Assunção – 2.000.
- . Graduado em Direito - USF – Universidade São Francisco – 2.000
- . Colégio Derville Allegretti - Técnico em Comercialização e Mercadologia – Ensino Médio - 1991.

Histórico Profissional:

em exercício:

- Professor de Filosofia concursado da rede estadual de ensino de São Paulo – atualmente lotado junto à EE Prof. Augusto Meirelles Reis Filho;
- Advocacia - advogado concursado da São Paulo Turismo S.A. desde 11/2005;

- já exercida:

- professor de filosofia e outras disciplinas desde 1997, nas escolas: Prof. Joaquim Leme do Prado, Pe. Luiz Sérgio Pacheco do Nascimento, Chácara Marta, Prof.^a Isaura de Miranda Botto, Whalter Weiszflog, Mário de Toledo, Martins Pena e outras.
- estagiário da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – PGE/SP – 1998/2000;
- voluntário e coordenador da Casa Siloé – Casa de Apoio a crianças portadoras do vírus HIV-AIDS – sendo da equipe de coordenação do período de 03/95 a 11/96 – ocupando o cargo de coordenador.

Back Ground

- Curso básico de Informática
- Curso de Digitação
- Curso de Expressão Oral
- Curso em língua espanhola
- Curso básico em língua inglesa

Participações Gerais:

- Membro do IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública;
- Cursos diversos no campo do Direito: “Atualidades do Direito do Trabalho” – 2013;

- “1ª Jornada Paulista de Direito Civil” – EPD; “Atos Administrativos Formação e Extinção” – OABSP; “Prática de Arbitragem” – OABSP, e, outros;
- VI Congresso e Feira de Educação – SABER 2002;
- Curso de Capacitação de Lideranças – Porto Ferreira – Ano 2002 – SEE/SP;
- Cursos diversos junto ao CESEP - Centro Ecumênico a Serviço da Educação Popular, na PUC/SP;
- Fórum Social Mundial – FSM – Porto Alegre – 2001, 2002 e 2003 – delegado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP);
- Exposição de trabalho científico em Congresso – UNIFAI – 2000;
- Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Fundador – Comitê Imirim;
- Assembleia Estadual de Direitos Humanos, em São Paulo, participação em diversas assembleias a partir de 1.997;
- Conferências Municipais da Cidade de São Paulo de Direitos Humanos – participação em diversas conferências a partir de 1.997;
- Encontro Nacional de pessoas vivendo e convivendo com HIV-AIDS, no Rio de Janeiro, 1995, delegado pela Casa Silóé;
- 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar – em Brasília – delegado por São Paulo;
- Participou e apoiou diversas pastorais sociais e missionária, junto a Arquidiocese de São Paulo – principalmente do período de 1988 a 2004.
- Participação em diversos Congressos Eclesiais em nível continental, latino americano, nacional, regional e local (1ª CAM, 5º e 6º COMLA, diversas Assembleias do COMIRE SUL 1 e do COMINA da CNBB e outros).
- Trabalho como leigo missionário no REGIONAL NORDESTE 3 da CNBB, nas férias de 89, 90 e 91 e durante o ano todo de 1992, assessorando a PJMP do Zonal II da Diocese de Sr. do Bonfim e com a CEB's no campo.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ALCINO REIS ROCHA - Diretor de Infraestrutura
Bacharel em Direito

Formação

- 1º Grau - Colégio Santíssimo Sacramento - Alagoinhas/BA
- 2º Grau - Colégio Dínamo - Alagoinhas/BA
- 3º Grau - Uniceub - Curso de Direito

Experiência Profissional

KPMG

Cargo: Diretor

Atividade da empresa: auditoria e consultoria

Desde março de 2012

Ministério do Esporte

Cargo: Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Agosto a Dezembro de 2011

Ministério do Esporte

Função: Membro do Conselho Nacional do Esporte

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Agosto a Dezembro de 2011

Ministério do Esporte

Função: Membro da Comissão destinada a elaborar estudos pertinentes à redação de anteprojeto de norma regulamentadora da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé)

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Mai de 2011

Presidência da República

Função: Interlocutor do Ministério do Esporte na Equipe de Transição Presidencial

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Novembro de 2010

Ministério do Esporte

Função: Coordenador do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 - GECOPA 2014

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Abril de 2010 a Dezembro de 2011

Ministério do Esporte

Função: Membro da Comissão destinada a elaborar estudos pertinentes ao estabelecimento de parceria entre o Ministério do Esporte e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a prevenção e repressão de violência em eventos esportivos realizados naquela unidade da Federação.

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Setembro de 2009

Ministério do Esporte

Função: Presidente do comitê de avaliação e supervisão do termo de cooperação técnica n.º 01/2009, celebrado entre a união, por intermédio do conselho nacional de justiça, do Ministério do Esporte e do Ministério da Justiça, a Confederação Brasileira de Futebol, e o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Julho de 2009

Ministério do Esporte

Função: Presidente da Comissão Especial de Estudos para fornecer subsídios quanto aos requisitos mínimos que deverão ser contemplados nos laudos técnicos previstos no artigo 2º do Decreto n.º 6.795, de 13 de março de 2009.

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

maio de 2009

Ministério do Esporte

Cargo: Assessor Especial para Futebol e atividades relacionadas à gestão de grandes eventos esportivos

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Julho de 2009 a Agosto de 2011

Ministério da Justiça

Função: Representante do Ministério do Esporte no Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a adoção de medidas legislativas voltadas à garantia da segurança pública em apresentações e eventos esportivos e, em especial, medidas para alterar a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto do Torcedor.

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Junho de 2008

Ministério do Esporte

Função: Presidente da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Setembro de 2007 a Fevereiro de 2009

Ministério do Esporte

Função: Diretor de Programa da Secretaria Executiva

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Abril de 2007 a Fevereiro de 2009

Ministério do Esporte

Função: Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial para a candidatura do Brasil como Sede da Copa do Mundo de 2014

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Dezembro de 2006

Ministério do Esporte

Cargo: Chefe de Gabinete do Ministro

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Junho de 2006 a Abril de 2007

Ministério do Esporte

Função: Ministro de Estado do Esporte - Interino

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

De 24 a 29 de Maio de 2006

Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República

Função: Representante do Ministério do Esporte

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

2004/2009/2010

Ministério do Esporte

Cargo: Chefe de Gabinete do Secretário Executivo

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Dezembro de 2003 a Junho de 2006

Ministério do Esporte

Função: Presidente da Comissão de Chancela dos Projetos Esportivos Sociais

ME/CONANDA

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Gestão 2003/2004

Ministério do Esporte

Cargo: Chefe de Gabinete do Secretário Nacional de Esporte Educacional

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Junho de 2003 a Dezembro de 2003

Ministério do Meio Ambiente

Função: Representante do Ministério do Esporte no Conselho Nacional do Meio Ambiente

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Março de 2003 a Maio de 2004

Ministério do Esporte

Cargo: Assessor do Secretário Nacional de Esporte

Atividade da instituição: órgão da administração pública federal direta

Fevereiro de 2003 a Junho de 2003

W Marketing Consultoria Ltda.

Cargo: Sócio-cotista

Atividade da empresa: consultoria

Julho de 2000 a Março de 2012

Câmara dos Deputados

Cargo: Assessoria Parlamentar

Atividade da Instituição: poder legislativo federal

Junho de 1996 a Janeiro de 1997

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

LUCIANE FARIAS LEITE – Diretora de Turismo e Entretenimento

Bacharel em turismo

FORMAÇÃO ACADÊMICA • Professional certificate in Tourism Destination Management - 2005 The George Washington University, USA • MBA Executivo em Marketing - 2001 Escola

Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) – São Paulo, Brasil • Graduada em Turismo - 1989 Faculdade de Turismo da Bahia IDIOMAS • Inglês, francês e alemão fluentes. **PERFIL PROFISSIONAL** • 25 anos de experiência nas áreas de marketing/comunicação; assuntos corporativos; relações governamentais; planejamento estratégico; representações oficiais; gerenciamento e promoção de destinos turísticos e desenvolvimento e abertura de novos mercados e negócios. Visão estratégica e de negócios acentuada, com foco em resultados. Amplo conhecimento em implantação e reestruturação organizacional, envolvendo transformações na cultura, na comunicação e na gestão. Competência em negociação e no relacionamento com autoridades governamentais, empresários e imprensa. Capacidade de liderança, dinamismo e determinação. Negociação em diferentes países da América do Norte, América Latina, Europa e Ásia. Vivência em alto escalão executivo, incluindo Presidência de empresa. **HISTÓRICO PROFISSIONAL SPTURIS** – Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo Órgão oficial responsável pela promoção turística e realização de eventos na cidade de São Paulo. Diretora de Turismo e Entretenimento (Fevereiro 2011/ Atual) Desenvolvimento de ações no modelo PPP (Parceria Público Privado), captando patrocínios, possibilitando a concretização de importantes projetos. Desenvolvimento de ações de planejamento, promoção, fomento e estruturação de programas de incentivo ao turismo. Promoção e divulgação da Cidade de São Paulo, no Brasil e no exterior; • Captação e organização de eventos de interesse do Município, no Brasil e no exterior. • Liderança de equipe de 60 funcionários nas áreas de turismo, comunicação e marketing. **CPETUR** – Companhia Paulista de Eventos e Turismo Órgão oficial responsável pela promoção turística e realização de eventos do Estado de São Paulo. Diretora-Presidente (Fevereiro 2010 – Janeiro 2011) • Implantação e estruturação organizacional da empresa. • Gestão da companhia, envolvendo um orçamento anual de R\$ 10 milhões. • Desenvolvimento de ações no modelo PPP (Parceria Público Privado), com articulação entre diversos órgãos governamentais, setor privado, universidades e o terceiro setor. • Captação de recursos, viabilizando projetos de interesse no Estado. • Representação institucional nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e imprensa. • Desenvolvimento de ações de planejamento, promoção, fomento e estruturação de programas de incentivo ao turismo. • Promoção e divulgação do Estado de São Paulo, no Brasil e no exterior; • Captação e organização de eventos de interesse do Estado, no Brasil e no exterior. • Coordenação da Copa do Mundo Fifa Brasil 2014 no Estado de São Paulo. • Gerenciamento de equipe de 35 funcionários, com previsão de quadro total de 106 funcionários.

Durante os últimos 5 (cinco) anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

TATIANA SILVA GIATTI - Diretora de Marketing e Vendas
Bacharel em Comunicação Social

Formação Acadêmica: Especialização em Varejo-Módulo II-Compras Negociação e Cadeia de Abastecimento-2007.Fundação Getúlio Vargas. Pós Graduação em História da Arte-2005-Faculdade Armando Álvares Penteado- Graduação em Comunicação Social, especialização em Publicidade e Propaganda-1989.Instituto Metodista de Ensino Superior.

Cursos Complementares: Responsabilidade Social e Terceiro Setor-FIAT/CEATS- USP 2003
Responsabilidade Empresarial-ESPM/AMCE(2002)

Experiência Profissional:2010-2012 : MARSANS VIAGENS: Franqueada de três lojas de agência de viagens, com foco na definição de cargos e responsabilidades; Criação de Eventos e Tarefas; Definição de Metas para cada loja e implantação de relatórios Gerenciais.

2009-2010-NOAH GASTRONOMIA E EVENTOS: Responsável pela área comercial do Villa Noah, voltado para a locação de espaço, fornecimento de alimentos e bebidas, equipamentos e toda a infraestrutura necessária para a realização de eventos corporativos e casamentos. Atuação de modo a atingir metas de vendas mensais, liderando a equipe de dez vendedores e 1 gerente e desenvolvendo o planejamento de vendas para garantir uma carteira de clientes(empresas) ativos, com produção mensal provisionada capaz de garantir a receita projetada pela empresa.

Declaro não haver ocorrido nenhum dos eventos descritos no item 12.8 do Ofício Circular CVM n.º 001/2013, ou seja:

- a) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado (Caso haja processo em curso, indicar o estágio em que se encontra o processo);
- b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, (Caso haja processo, indicar se o processo está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional);
- c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NELIANE CASIMIRO DA SILVA - Diretora de Eventos
Economista

Formação Acadêmica: Bacharel em Economia pela PUC/SP 1987

Idiomas: Inglês fluente (escrito e falado); Alemão fluente (escrito e falado).

RESUMO DE QUALIFICAÇÕES

Planejamento e coordenação de eventos corporativos e institucionais no Brasil e exterior; com orientação à comunicação integrada. Relacionamento com agências de publicidade e propaganda, assessoria de imprensa, parceiros de negócios, autoridades e patrocinadores. Larga experiência em ativação de ações promocionais: lançamento e posicionamento de empresas e produtos, marketing direto; desenvolvimento de projetos especiais.

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS

- Organização, planejamento, orientação e acompanhamento de todas as fases da realização de um evento, desde a montagem a desmontagem dos locais de produção;
- Captação do briefing, elaboração de orçamento e fluxo de pagamentos; relatórios operacionais; contratação de equipe e fornecedores; conhecimento de leis de licitação, convênios e contratos, normas e procedimentos; Criação do projeto, orçamento e controle de pagamentos;
- Escolha, negociação e contratação do local do evento;
- Criação, confecção e envio personalizado do convite, controle de lista de convidados;
- Escolha, negociação e contratação de brindes personalizados;
- Montagem, envio ou distribuição de kits;
- Contratação, negociação e acompanhamento de montagem : palco, sonorização, iluminação, cenografia, figurinos, buffet, decoração, limpeza, fotógrafos, filmagem , serviço de valet;

- Providências para autorizações e liberações que se fizerem necessárias, interface com assessorias jurídica e de imprensa e órgãos e autoridades públicos (Secretarias, Ministérios, CET, PM, etc);
- Contratação e acompanhamento de atrações (artistas & bandas) e Mestre de Cerimônia;
- Coordenação de visitantes, recepção e apoio a estrangeiros (vistos, bilhetes aéreos, hotéis, locação de carro, receptivo personalizado, agendamento de visitas);

SHOWS

- Administração de temporadas nacionais e internacionais de artistas (contratos, negociação, divulgação, logística).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Desde 2013 – Gerente de Eventos São Paulo Turismo S/A
- De 2009 à 2012 – Agência Tudo – Empresa de Eventos e Publicidade do Grupo ABC - Relações Institucionais e Projetos Especiais – interface com órgãos públicos e autoridades para viabilização de eventos promovidos pela empresa e acompanhamento de acordos de cooperação estabelecidos pela empresa (patrocínio, cessão, contrapartidas, etc.). Além de projetos especiais e proprietários idealizados pela empresa.
- De 2005 à 2009 – Gerente de Eventos São Paulo Turismo S/A – Empresa Municipal responsável pelo fomento ao turismo e eventos do Município de São Paulo.
- De 2003 à 2005 – Gerente de Produção das temporadas de shows internacionais do artista Jorge Ben Jor.
- De Maio/95 à Dezembro/97 e Julho/99 à Novembro/2003 - FACE Eventos – Empresa de produção e promoção de eventos corporativos . Cargo : Gerente de Produção.
- De Janeiro/94 à Maio/95 e Abril/98 à Julho/99 – Canto da Cidade Produções – Empresa de agenciamento e promoção da carreira da artista Daniela Mercury. Administração de temporadas de shows no Brasil e exterior, divulgação, pré produção, carnaval (trio e camarote) , micaretas, produção de discos, campanhas publicitárias, atendimento de parceiros e patrocinadores. Cargo: Gerente de Produção.
- De 1989 à Dezembro/1993 – Poladian Produções – empresa de produção de shows de artistas nacionais e estrangeiros e agenciamento de artistas. Cargo : Produtora.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor.

Não aplicável.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor.

Não aplicável.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.

Não aplicável.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não aplicável.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL (NÃO HÁ PROPOSTA PARA ALTERAR A ATUAL REMUNERAÇÃO NA AGO CONVOCADA PARA 30/04/2015).

Conselho de Administração:

Remuneração mensal de R\$6.000,00 (seis mil reais).

Conselho Fiscal:

Remuneração mensal de R\$3.000,00 (três mil reais)

Valores estabelecidos na Assembléia Geral Extraordinária de 16/03/2007.

Diretoria Executiva:

Remuneração do Diretor Presidente: R\$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

Demais Diretores: R\$18.856,63 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos).

Valores estabelecidos na Assembléia Geral Ordinária de 29/04/2009.

